

A LEI 10.639/2003 E O ENSINO DA EDUCAÇÃO FÍSICA

Magno Santos Batista¹ Ivalda Kimberlly Santos Portela²

RESUMO

Ao decorrer das mudanças tecnológicas e no ensino, novos conceitos e discussões acerca da educação física foram surgindo. No entanto, algumas acepções ainda precisam ser debatidas, dentre elas: a aplicação da lei 10.639/2003 no ensino da educação física na educação básica. E uma das maneiras de aplicar a lei é a inserção da capoeira no currículo. O percurso metodológico traçado para a construção desse resumo expandido constitui-se das seguintes etapas: seleção da abordagem qualitativa interpretativa; método bibliográfico e coleta de dados bibliográfico para a composição do texto. A fundamentação teórica foi construída através de pesquisa bibliográfica no campo qualitativo. A elaboração e embasamento do texto se deu a partir de diversos autores que debatem acerca da temática: freire (1997), santos (2007), gomes (2000) entre outros. A partir da pesquisa teórica foi possível considerar, é preciso inserir na pauta de discussões acerca do currículo a lei 10.639/2003, sobretudo a inserção do ensino da capoeira. Observamos também que é preciso considerar o corpo no contexto de sociedade como elemento que não se resume à biologia, fisiologia ou mecanicidade de movimentos, e, sim, como dotado de identificações culturais e étnico-raciais. Por fim, as escolas necessitam trazer à tona os documentos, as perguntas, as contribuições e a importância da civilização negra na formação e constituição da cultura, história e da sociedade brasileira. E o ensino da capoeira é um dos caminhos para trazer à tona esses aspectos.

Palavras-chave: Lei 10.639/2003, Educação Física, Ensino étnico-raciais, Capoeira.

INTRODUÇÃO

A Educação Física brasileira tem sua origem associada às instituições militares e à classe médica. A princípio, a educação do corpo e o modelo de perfeição para a formação de um físico saudável e equilibrado, e os métodos de higiene da população propostos pelos médicos higienistas circundam a origem da Educação Física no Brasil. Segundo essa perspectiva, a Educação Física no século XIX, apresenta a intenção de mudar os hábitos de higiene da população e a disseminação do preconceito de raça na sociedade, uma vez que a cor branca se torna objeto de limpeza e a preta de sujeira.

Essa parte da história demostra como os estereótipos sobre o corpo e raça estava intimamente correlacionada ao percurso histórico da Educação Física em comum ideário a um

¹ Professor Orientador: Mestre. Universidade do Estado da Bahia - UNEB, <u>msbatista@uneb.br</u>;

² Graduando do Curso de Educação Física da Universidade do Estado da Bahia - UNEB, kportela44@email.com;



pensamento dominante daquele momento. Essa concepção de pensamento contribuiu na propagação da "supremacia branca" incorporada à introdução no Brasil dos métodos ginásticos.

No século XIX, ainda aconteceu a inserção da Educação Física na Educação Básica, a proposta do trabalho sob a perspectiva do ideário do corpo mecânico e disciplinador e da supremacia branca na aptidão física. Ao decorrer das mudanças tecnológicas e no ensino, novos conceitos e discussões acerca da Educação Física foram surgindo. No entanto, algumas acepções ainda precisam ser debatidas, dentre elas: a aplicação da Lei 10.639/2003 no ensino da Educação Física na Educação Básica.

E uma das maneiras de aplicar a Lei é a inserção da capoeira no currículo. Na esteira das discussões acerca da inserção da capoeira no currículo da Educação Física na Educação Básica, alguns conceitos podem ser tratados: a relação entre saudável e higiene associada a raça branca; na construção da matriz curricular concepções sobre cultura, dança, alimentação e formas corpóreas como: "cor de pele, 'tipo de cabelo", forma do nariz" e "formato do corpo."

A difusão dessas ideias contribui para a formação de uma população mais consciente dos seus direitos e disposta para lutar pela igualdade social, histórica e econômica. Portanto, os objetivos que circundam esse texto são: Discutir à luz da Lei 10.639/3 o ensino da Capoeira na Educação Física da Educação Básica; apresentar a importância da Lei para a construção de uma matriz curricular antirracista na Educação Física; expor a necessidade de inserir a Capoeira na grande curricular na Educação Básica como recurso de resistência e resiliência.

Por fim, a LDB sugere que nas aulas de Educação Física pode revelar-se uma excelente oportunidade de relacionamento, convívio e respeito entre as diferenças. Neste contexto que a utilização dos jogos e brincadeiras para a valorização da identidade e reconhecimento, para que os elementos da cultura afro-brasileira sejam lembrados e valorizados, pois são nas aulas de educação física que os alunos têm contatos com diferentes culturas (BRASIL, 2003).

À cultura de movimentos podem ser utilizados como objetos para a reflexão dos valores a serem elaborados, de acordo com (Marins e Giannichi, 1998 p.?) "a Educação Física é uma disciplina que visa o desenvolvimento, ou aperfeiçoamento, do indivíduo na sua totalidade, isto é, nos aspectos biológicos, psíquico e sociais"

Para uma melhor compreensão, o texto está dividido da seguinte maneira: discussões acerca da Lei 10.639 e o currículo da Educação Física; metodologia, resultados e discussões; considerações finais e referências.



LEI 10.639/2003 E O CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO FÍSICA

Em 9 de Janeiro de 2003, foi sancionada a lei federal n° 10.639/2003 que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira africana nas escolas do ensino fundamental e médio das redes públicas e privadas, municipais e estaduais. Surgiu do Projeto de lei nº 259 de 1999, de autoria dos deputados Esther Grossi (PT-RS) e Benhur Ferreira (PT-MS), substitutivo do Projeto de lei do deputado Humberto Costa. A Lei, como política pública, alterou a LDBEN nº 9394/96, os Parâmetros Curriculares Nacionais e tornou obrigatório o ensino da História e Cultura Africana e Afro-Brasileira nas escolas de ensino fundamental e médio de todo o país, configurando-se, atualmente, em uma instigante fonte de debates por pregarem no centro da discussão as etnicidades.

A proposta problematiza questões identitárias, como a ancestralidade e a cultura, e possibilita o surgimento de matrizes teóricas que contemplem outros olhares sobre o processo histórico da cultura afro-brasileira com fins de promover sua validade civilizatória. Em 10 de março de 2008, foi assinada a Lei nº 11.645/08 para também incluir como obrigatórias no ensino básico, a história e a cultura dos índios brasileiros. Sem revogar a Lei nº 10.639/03, a Lei nº 11.645/08 reitera a atenção para a significação étnico-racial indígena ao lado dos povos africanos na formação do povo brasileiro. No ano de 2005, o Ministério da Educação e Cultura, MEC, distribuiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais.

As bases da construção histórica da Educação Física favoreceram aos interesses eugenistas. Ao lado do processo pedagógico, atentamos para o fato de que os métodos francês e sueco de ginástica, largamente difundidos no Brasil, foram eficazes para os ideais de corpo mecânico e disciplinado. A esportivização, por sua vez, abraçava a ideia de superioridade branca, apoiada na imagem helênica corporal mitologicamente ambicionada. "Deste modo, a história da disciplina Educação Física aponta para um distanciamento do corpo negro, na medida em que o corpo idealizado pela Educação Física partiu da imagem corporal dos gregos, portanto de um corpo branco". (MATTOS,, 2007, p. 11).

Por isso, é necessário implementar a luta contra um pensamento discriminatório desencadeado nas instituições de ensino em relação à cor da pele, tipo de cabelo, forma de nariz e formato do corpo, difundido no século XIX e que inferioriza o negro. Para Carvalho,

No âmbito daquilo que podemos considerar como estudos específicos da



Educação Física voltados ao corpo e a cultura corporal, assim como os dedicados à estética e imagem corporal, os corpos negros foram praticamente esquecidos e invisibilizados no decorrer da história. (CARVALHO, 2021, P. 35)

Essa parte da história demonstra como os estereótipos sobre o corpo e raça estavam intimamente ligados ao percurso histórico da Educação Física em comum ideário a um pensamento dominante daquele momento. Essa concepção de pensamento contribuiu na propagação de uma suposta "supremacia branca" incorporada à introdução no Brasil dos métodos ginásticos. Nesse período, aconteceu a inserção da Educação Física na escola reforçando os paradigmas do corpo mecânico e disciplinado, e de uma concepção unicamente branca na aptidão física.

Para romper com os paradigmas do corpo mecânico e disciplina, do movimento utópico e pensar em igualdade social no Brasil constitui-se no contemporâneo urgência e necessidade, quer seja pela dinâmica da realidade sociopolítica, que cada vez mais acentua a estratificação social, quer pela luta por uma sociedade justa que a cada dia dá sinais de sua individualização. Ambas alternativas indicam a iminência de tecer análises sobre as relações étnico-raciais no campo da Educação Física, sobretudo porque constitui uma escolha política, no sentido de ir contra todo o movimento social de exclusão.

Na luta contra todo movimento social de exclusão, o currículo há muito tempo deixou de ser apenas uma área meramente técnica, voltada para questões relativas a procedimentos, técnicas e métodos, para desenhar uma tradição crítica do currículo, guiada por questões sociológicas, políticas, epistemológicas (MOREIRA, SILVA, 1994). Nessa perspectiva, o currículo é considerado um artefato social e cultural, a Educação Étnico-raciais deve ser projetada de forma que além de manter as disciplinas pedagógicas, possibilitem a transmissão de culturas aos seus descendentes.

Com isso se torna necessário à formação continuada dos professores. Nessa perspectiva da diversidade cultural, a inclusão de outros conhecimentos no currículo torna perceptíveis os hibridismos e mestiçagens que caracterizam a cultura corporal, podendo desencadear novos olhares dos alunos sobre si próprios e sobre aqueles com os quais convivem, além de facilitar o fluxo entre o local e o global, entre a "comunidade de prática" (FANTINATO, 2014) e a sociedade mais ampla.

Na próxima seção a discussão estar centrada na capoeira como instrumento pedagógico.

A CAPOEIRA COMO INSTRUMENTO PEDAGÓGIGO

A capoeira constitui-se como um lugar de resistência e memória, porque a sua prática apresenta aspectos de ordem étnico-racial, cultural, social e histórico dos sujeitos pertencentes a comunidade afrodescendente. Além disso, a Capoeira como prática cultural dos afrodescendentes, trilhou os caminhos mais árduos e difíceis da cultura brasileira, por séculos foi marginalizada, excluída e criminalizada pelas elites escravistas.

As personalidades mais representativas – como Mestre Bimba (1900-1974) e Mestre Pastinha (1889-1981) - divergiam a esse respeito. Segundo Mestre Pastinha e Mestre Bimba, respectivamente, "Os negros, sim eram africanos, mas a capoeira é de Santo Amaro e Ilha de Maré, camarada!". "(...) capoeira veio da África, africano quem lutou (...)" (NESTOR, capoeira, 1999, p.16). Sabe-se ao menos que a sua primeira manifestação chegou ao Brasil através dos escravos e rapidamente se espalhou por toda a Colônia. (SOUZA, 2012).

A literatura define a capoeira como um jogo de defesa que tem suas origens "remotas" em Angola. Era antes uma forma de luta em defesa da liberdade, isto é, o direito do negro de ser livre. Vale ressaltar que a capoeira há cerca de cem anos, em razão da forte repressão policial e das novas condições sociais, finalmente em um jogo /dança, uma vadiação entre amigos

No campo educacional destaca-se a partir da criação dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN's em 1998. No documento ocorre a legitimação e a caracterização da capoeira como modalidade de esporte, jogo, folclore, arte e cultura. Sendo a capoeira uma manifestação considerada genuinamente brasileira (SILVA, 2008), contendo traços da cultura africana e por isto deva ser considerada segundo Soares apud Muricy (1999), como uma manifestação afrobrasileira, que apresenta uma multiplicidade de facetas inerentes não só ao campo da Educação Física, mas também às disciplinas escolares, nos remetendo a um novo instrumento pedagógico para a formação global do aluno devido ao seu caráter interdisciplinar.

No embate para a curricularização da capoeira, em 2003 é sancionada a lei 10.639, e posteriormente a Lei 11.645/2008. Ambas instituíram a obrigatoriedade do ensino de conteúdos de história da África e dos afro-brasileiros e indígenas nos currículos escolares. A partir daí, o reconhecimento da capoeira como conteúdo carregado de aspectos históricos, culturais e sociais torna-se um importante recurso pedagógico para que o discente compreenda a origem e a formação do povo brasileiro. Além disso, a capoeira possibilita desenvolver os aspectos: motor, conectivo e afetivo-social.

Por fim, com a disseminação das ideias dos mestres e mestras de capoeira, das transformações sociais do povo brasileiro e publicação dos documentos orientadores de Ensino, a capoeira aos poucos conquista as diversas camadas da sociedade. Esse acontecimento contribuiu para que os e as capoeiristas pensassem em introduzir esse jogo/dança como instrumento pedagógico na escola, isto é, utilizar a capoeira para promover uma socialização mais ampla e consequentemente, a inclusão social de muitas crianças, adolescentes, e jovens praticantes da capoeira



A Educação Física Antirracista propõe uma inversão, ou seja, denúncias são importantes para atos racista, mas é a produção de anúncios que muda a realidade, inscrevendo nesse ato político a quebra do silêncio, que tira a população negra/preta da condição de encarcerados na própria realidade. Segundo FREIRE (1987), promover uma prática educacional que possibilite desenvolver a criticidade dos estudantes, e não mais repetir ensino de educação bancária em que o professor deposita o conhecimento como se o estudante fosse um mero receptáculo, e reforça a dominação dos opressores em relação aos oprimidos.

Na tentativa de romper com o caráter técnico-mecanicista da Educação Física escolar, surgem outras perspectivas pedagógicas, tais como: Desenvolvimentista, Construtivista, Saúde renovada, Crítico-Superadora, Crítico-Emancipatória, Cultural entre outras. Diferentemente das anteriores, essas teorias de currículo, ainda que distintas, trouxeram novos significados e contribuições para as aulas de Educação Física escolar (DARIDO; RANGEL, 2005).

A Capoeira é um instrumento pedagógico de inclusão que traz ao educando benefícios cognitivos e motores, porém é necessário romper com o pensamento discriminatório em relação ao ensino de Capoeira na Educação. A Capoeira atualmente representa uma legítima manifestação brasileira e sua miscigenação com a cultura africana. Entretanto, é necessário implantar de modo efetivo a Lei 10.639/3 na escola em forma de interesse comum e interdisciplinar.

METODOLOGIA

O percurso metodológico traçado para a construção desse artigo constitui-se das seguintes etapas: seleção da abordagem qualitativa interpretativa; método bibliográfico e coleta de dados bibliográfico para a composição do texto.

A fundamentação teórica foi construída através de Pesquisa Bibliográfica no campo qualitativo. A elaboração e embasamento do texto se deu a partir de diversos autores que debatem acerca da temática: Freire (1997), Santos (2007), Marins (1998) entre outros. A pesquisa trilhou caminhos através de consulta em livros, periódicos, teses e dissertações sobre o assunto, tendo como fundamental recorte teórico a Capoeira como instrumento pedagógico no campo da Educação Física.

argumentação acerca da Lei 10.639/2003. Depois dessa apresentação, expomos acerca da importância da capoeira como instrumento pedagógica de lutar e resistência dos povos afrodescendentes. Por fim, as considerações finais como seção de retomada das concepções discutidas no decorrer do texto.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Lei nº 10.639 foi sancionada no dia 09 de janeiro de 2003, pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, tendo como Ministro da Educação Cristovam Ricardo Cavalcanti Buarque e Edson Santos como Ministro da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, visando a alteração da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, incluindo no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira".

A Lei nº 10.639 – artigo 26 A – torna obrigatório o ensino da história afro-brasileira em todo o currículo escolar, sendo assim, todos os educadores devem incluir em suas aulas a temática da história e cultura dos negros. A conquista da Lei foi fruto de um processo ardo de lutas políticas e sociais que resultou na valorização da história e cultura do povo negro como forma de reparar os danos causados a sua identidade e aos seus direitos desde a escravatura até nos tempos atuais (SANTOS 2007).

Na procura para dirimir as consequências do processo escravocrata e da desvalorização da cultura e história dos povos africanos foi instituído a Lei n° 10.639/03. Na esteira da discussão da Lei a escola brasileira por muito tempo ainda não rompeu com os estereótipos e os preconceitos raciais, pois ainda se encontra em especial nos livros didáticos a imagem do negro vinculada apenas ao período da escravidão. Os manuais didáticos ainda não apresentam a importância do negro como agente histórico, participativo da construção intelectual, material e cultural no Brasil.

Na outra ponta de discussão está a configuração do trabalho da Educação Física na escola, pois ao que está posto nos documentos oficiais, o professor precisa trabalhar as diversas modalidades esportivas, jogos, danças, brincadeiras e lutas. Dentre essas modalidades, a

மூர்த்திக் Embora a Capoeira seja uma opção globalizada, porque contempla vários conteúdos, no currículo encontra-se a margem das práticas pedagógicas na Educação Básica.

A Capoeira, constitui-se como um dos principais representantes da cultural afrobrasileira. É uma luta que possibilita discussões sociais e históricas, e das questões relacionadas à saúde e à qualidade de vida. Além disso, a Capoeira esteve presente em diversos momentos históricos, com presença marcante na época da escravidão como símbolo de resistência. Em algumas músicas cantadas em rodas de capoeira, encontramos fortes relatos de lutas que marcaram o povo negro e sua história.

Nos últimos anos, a Capoeira vem passando por um processo de expansão, a sua prática está sendo desenvolvida em diversas instituições da sociedade, de cunho formal como escolas, universidades, ensinos técnicos, e em espaços não formais como academias, clubes, centros comunitários, projetos sociais.

O ensino da Capoeira é um processo pedagógico que valoriza uma educação libertadora e consciente. Durante o seu ensino são discutidos elementos históricos dessa manifestação cultural que a caracterizam enquanto luta pela libertação, símbolo de resistência contra vários tipos de dominação, espaço para o exercício da cidadania, de construção da identidade, autoestima e autonomia por parte de seus praticantes.

A Capoeira desenvolve no aluno habilidades que vão além das capacidades físicas, como é um tema amplo, pode-se trabalhar de inúmeras formas: brincadeiras, jogos, técnicas e teorias. A partir das várias formas os discentes desenvolvem a consciência do seu corpo e de suas capacidades motoras, facilitando o crescimento cognitivo e afetivo. Explora também a psicomotricidade, lateralidade, situar-se no espaço, dominar o tempo, adquirir coordenação de seus movimentos (DE OLIVEIRA CACCIATORE, 2010).

Portanto, ensinar a Capoeira como um produto cultural derivado dos povos africanos proporciona um maior reconhecimento da fisiologia dos corpos negros, e da valorização da identidade e da história. Além de estabelecer reflexões acerca da igualdade de raça e da valorização das raízes africanas na nação brasileira, ao lado das indígenas, europeias, asiáticas. Conforme o educador e filósofo Paulo Freire, a educação parte de uma concepção problematizadora, na qual o conhecimento resultante é crítico e reflexivo. Nesta perspectiva, a educação é um ato político; sendo o ensino muito mais que uma profissão, que exige comprovados saberes em seu processo (FREIRE, 1997).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

sobre a Lei Nº 10.639/03. Além disso, é necessário dimensionar a tensão entre sua aplicabilidade e suas propostas, pois entendemos que "desconstruir" conceitos, reparar culturas e combater preconceitos demanda uma luta política que precisa ser exercitada na escola.

Tal decisão se edificará por meio de um processo amplo de negociação política, envolvendo a escola, a comunidade e a sociedade. Diante desta compreensão, é considerável que há alguns desafios propostos pela aplicação da Lei 10.639/03, especialmente no ensino da Educação Física na Educação Básica e na formação de professores da área.

Por isso, é preciso inserir na pauta de discussões acerca do currículo a Lei 10.639/2003, sobretudo a inserção do ensino da Capoeira. Na inserção do ensino da Capoeira algumas pautas são acionadas, dentre elas: o corpo e o movimento como criadores de sentidos significados.

Na esteira dessa pauta, entendemos que os sentidos e as identificações de corpo e movimento da população negra sofreram forjamentos históricos que precisam ser problematizados num país onde é grave a desigualdade social e racial. Entendemos também que tais forjamentos foram baseados nas ideologias de branqueamento, salientadas na cor da pele e no ideal de corpo e aparência, resultando na dificuldade que temos em corporificar valores identitários e estéticos de matriz étnico-racial negra e indígena e apropriá-los como civilizatórios.

Observamos também que é preciso considerar o corpo no contexto de sociedade como elemento que não se resume à biologia, fisiologia ou mecanicidade de movimentos, e, sim, como dotado de identificações culturais e étnico-raciais. Por fim, as escolas necessitam trazer à tona os documentos, as perguntas, as contribuições e a importância da civilização negra na formação e constituição da cultura, história e da sociedade brasileira. E o ensino da Capoeira é um dos caminhos para trazer à tona esses aspectos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei 10639 de 09 de janeiro de 2003.** Disponível em: planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm Acesso: 17 jun. 2021.

CARVALHO, Sebastião Carlos Santos. O impacto das ações afirmativas na estética e na imagem corporal de jovens negros e negras da UNEB, Campus Guanambi. Tese de Doutorado Universidade Federal de Minas Gerais-UFMG, Belo Horizonte, 2021.

Congres Practica de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

DE OLIVEIRA CACCIATORE, Rodrigo; CARNEIRO, Nelson Hilário; JUNIOR, Jair Rodrigues Garcia. **Aprendizagem da Capoeira e Desenvolvimento das Capacidades Físicas de pré-escolares por meio do lúdico**. In: Colloquium Vitae. ISSN: 1984-6436. 2010. p. 01-08.

FREIRE, PAULO. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 33 ed. São Paulo: Paz e terra, 1997.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

MARINS, João Carlos Bouzas; GIANNICHI, Ronaldo Sergio. **Avaliação e prescrição de atividade física**: guia prático. Shape, 1998.

MATTOS, Ivanilde Guedes. **A negação do corpo negro: representações sobre o corpo no ensino de educação física.** 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2007

SANTOS, Marzo Vargas dos. **O estudante negro na cultura estudantil e na educação física escolar.** 2007. 240 f. 2007. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Ciências do

Movimento Humano) – Escola de Educação Física, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

SILVA, Silane Maria, et al. **Educando Com a Capoeira**. Universidade Federal de Lavras. Lavras. 2008.